

# LITERATURA DE AUTORIA FEMININA: ASPECTOS DE UMA LITERATURA MARGINAL

Maria Mariana Ferreira Gonçalves\*  
Iara Maria de Araújo\*\*

**Resumo:** A mulher teve sua voz e participação erradicadas do universo literário por questões que transcendem o âmbito linguístico. Diante dessa problemática, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as questões que transformaram a literatura de autoria feminina em uma literatura marginal, bem como mostrar que, apesar de silenciada, ela é de suma importância para a literatura brasileira, considerando que coloca em cena as resistências das mulheres em relação ao silêncio a que foram submetidas e à violência simbólica sofrida por meio de representações construídas em torno das narrativas da história da literatura, bem como a possibilidade de tornarem-se sujeitos do discurso. Torna-se relevante, então, revisitar o conceito/contexto da literatura marginal e destacar algumas autoras que foram esquecidas ao longo da história.

**Palavras Chave:** Literatura de Autoria Feminina. Literatura Marginal. Cânone Literário.

## FEMALE AUTHORED LITERATURE: ASPECTS OF MARGINAL LITERATURE

**Abstract:** The woman had her voice and the partake in the literary universe eradicated for reasons that transcend the linguistics scope. Faced with this issue, this study aims to reflect on the transformation of female-authored literature into marginal literature as well as despite being silenced, it is of paramount importance for Brazilian literature to put into play the resistance of women concerning the silence to which they were submitted and the symbolic violence suffered through representations built around narratives of history in literature, as well as the possibility of becoming subjects of the speech. It becomes relevant, thus, revisiting the concept/context of marginal literature, highlighting some authors who were forgotten throughout history.

**Keywords:** Female Authorship Literature. Marginal Literature. Literary Canon.

## Introdução

A emergência do outro da cultura, ou seja, as mulheres narradoras silenciadas pelas práticas narrativas da cultura patriarcal, sinaliza um novo episteme narrativo em que novos saberes, para além de limites sagrados e seculares impostos pela tradição, atualizam um novo sujeito engajado na reconceptualização de si e do mundo (SCHMIDT, 1998, p. 188).

Falar de literatura de autoria feminina é atentar para os processos históricos que impuseram às mulheres o silenciamento de suas vozes e demais formas de expressão. Perrot (2005) fala que o silêncio é designado às mulheres, aspecto condizente à sua posição tida como secundária e subordinada na sociedade. Ao longo do tempo, essa posição é reiterada dentro de sistemas religiosos, políticos e educativos, envolvendo as relações de trabalho, família,

literatura, sexualidade e corpo. A universalização da experiência masculina proporcionou à figura feminina um apagamento histórico. No tocante ao social e ao político, as mulheres foram, tradicionalmente, consideradas como inferiores aos homens, premissa sustentada por uma política patriarcal que questionava a capacidade intelectual da mulher, impondo a estas a invisibilidade na história.

O acesso à leitura e à escrita não garantiu às mulheres liberdade de escrita. Como destaca Perrot (2005), a escrita desejável para as mulheres deveria estar restrita ao mundo privado, tais como correspondência familiar, receitas, e, quando públicas, que fossem ligadas à educação.

A 'mulher autora' essa 'pretensa literata' detestada, atrai para si todos os sarcasmos. Uma mulher que escreve, e sobretudo que publica, é uma mulher desnaturada que prefere abrigar-se em um pseudônimo masculino. Seu sucesso provoca escândalo: ele é depreciado (PERROT, 2005, p.271).

Se em determinados contextos as mulheres se utilizaram do recurso do pseudônimo, essa forma de silenciamento pode ser analisada como auto-preservação. Diante das narrativas dominantes ditadas pela supremacia branca e masculina, pela intolerância e indiferença, suas vozes não seriam ouvidas ou reconhecidas pela condição de subalternidade a que estavam submetidas. Além do que, esse gesto também remete para a consciência de não serem representadas pelas narrativas dominantes, constituindo-se o silêncio como resistência (SPIVAK, 2010).

Como nos fala Schmidt (1995), sobre o jugo da patriarquia, as vozes e escritas femininas, como não se enquadravam na perspectiva universal e masculina, não foram ouvidas. Para a autora, a constituição dos cânones literários opera a partir de princípios de valoração estética e política. Lembrando que o saber e a escrita sempre foram usados como forma de dominação e exclusão de pessoas e grupos, considerando determinados marcadores sociais da diferença, tais como gênero, raça/etnia, classe, geração, dentre outros.

No entanto, as mulheres nem sempre cumpriram com rigor as determinações da sociedade (SCOTT,1990). Longe de se colocarem como vítimas ou assumirem posições passivas, em muitos casos, procuraram subverter os papéis e posições até então destinados a elas, suas narrativas revelam as tensões e confrontos em torno de limites, enfrentamentos e da busca por legitimidade e reconhecimento dentro do espaço literário.

As lutas efetivadas por mulheres, principalmente no século XIX, abriram caminhos para que diversos direitos sociais e políticos fossem conquistados, provocando mudanças em distintos aspectos da sociedade, mais especificamente a partir do século XX. A nova realidade social promovida por essas lutas fez com que as mulheres pudessem se constituir, de maneira mais efetiva, como sujeitos de sua própria história, motivando a inserção das mesmas em variados âmbitos de atuação, e, no tocante à escrita, houve um crescente reconhecimento das mulheres por parte da sociedade. Porém, esse foi um processo longo, em meio a ações que começaram a surgir na intenção de desconstruir a opressão e subalternização feminina, envolvendo muitos embates e deslocamentos.

Desde a década de 1980, os estudos de gênero foram fundamentais para dar visibilidade à mulher, fornecendo aportes para teorizar e questionar sobre as diferenças existentes, entre comportamentos e lugares sociais ocupados por homens e mulheres na sociedade. Verdades difundidas em torno das desigualdades e hierarquias sociais entre os gêneros, fundadas no determinismo biológico, foram questionadas.

O gênero como categoria analítica e metodológica remete para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino, contrapondo-se às visões essencialistas que naturalizaram as desigualdades entre homens e mulheres. Scott (1990) destaca que, ao longo da história, construções de saber e poder sobre as diferenças de gênero foram produzidas e legitimadas. A autora ainda ressalta que as desigualdades de poder se articulam em torno do gênero, classe e raça/etnia, e que homens e mulheres são definidos em termos recíprocos, ou seja, na dinâmica das relações sociais e de forma relacional.

A perspectiva decolonial, dentro do pensamento feminista, traz para o debate o caráter eurocêntrico do cânone literário. As produções dos “não ditos” da literatura começam a ser discutidas e analisadas, e é nesse aspecto que obras produzidas por mulheres passam a ter uma maior receptividade do público. O cuidado da nova historiografia com a descoberta dessas “outras histórias” fez com que a abordagem de gênero e a mulher fossem incluídas nos estudos, tanto históricos, como em outros ramos do conhecimento. Dessa forma, com a eclosão dos estudos feministas, as mulheres até então silenciadas e marginalizadas foram impulsionadas à uma emancipação literária, questionando, assim, a

experiência masculina universal, os discursos hegemônicos, os processos de naturalização hierarquizada de gênero e, conseqüentemente, a posição do cânone estabelecido e da legitimidade do que é considerado literário ou não literário.

A literatura de autoria feminina é, desse modo, legitimada como literatura marginal, tendo em vista que, constitui-se em oposição à arte canônica reconhecida pela classe dominante. Nessa perspectiva, a pretensão inicial deste texto é refletir sobre as questões que transformaram a literatura de autoria feminina em uma literatura marginal, bem como mostrar que, apesar de silenciada, é de suma importância para a literatura brasileira, uma vez que coloca em cena as resistências das mulheres em relação ao silêncio a que estavam submetidas e à violência simbólica sofrida por meio de representações construídas em torno das narrativas da história da literatura, bem como a possibilidade de tornarem-se sujeitas do discurso. Com base nesses aspectos, torna-se relevante revisitar o conceito/contexto da literatura marginal, a formação do cânone da literatura brasileira e algumas autoras que foram esquecidas ao longo da história.

## **1 O cânone da literatura e a exclusão das mulheres**

A origem da palavra cânone vem do grego antigo, *Kanon*, e designava uma vara utilizada como unidade de medida, além de se configurar como sinonímia das palavras “regra, preceito ou norma”. A princípio, foi utilizada para se referir à seleção aplicada aos livros da Bíblia pelos primeiros teólogos cristãos, a partir desse preceito as obras eram mensuradas a partir do seu conteúdo, e só poderiam ser lidas e preservadas aquelas cujo o conteúdo transmitisse verdades a serem ensinadas e perpetuadas. O que é válido ressaltar é que essas eram verdades subjetivas e particulares, ditadas por homens de uma dada cultura; homens esses que levavam em consideração somente as suas próprias verdades e a sua própria cultura, a dita universalização da história, da cultura, da verdade.

No final do século XVIII, o valor estético passou a ser a medida para que as obras pudessem fazer parte do universo canônico. O método de escolha foi ressignificado, porém o problema da universalização ainda se encontra presente,

tendo em vista que o que é tido como valor estético parte do julgamento subjetivo por meio da hegemonia de um grupo, que, ao conceber um conceito padrão para determinada obra, acaba excluindo aquilo que lhe é diferente, pois, como afirma Schimdt (1995):

Todo julgamento de valor ocorre dentro de certas condições sócio históricas [...] nesse contexto, a formação do chamado cânone ocidental é uma decorrência do poder de discursos críticos e instituições que sustentavam o monopólio cultural dos valores simbólicos, através de mecanismos de exclusão. (SCHIMDT, 1995, p.143).

Desse modo, por muito tempo o cânone literário foi marcado pelo domínio da intelectualidade masculina, detentora do poder que ditavam as regras daquilo que poderia ser considerado como literatura reconhecida.

A escrita e o saber, na cultura ocidental, estiveram via de regra de mãos dadas com o poder e funcionaram como forma de dominação. Todo saber é produzido a partir de determinadas condições históricas e ideológicas que constituem o solo do qual esse saber emerge. Toda interpretação é feita a partir de uma dada posição social, de classe, institucional. É muito difícil que um saber esteja desvinculado do poder (REIS, 1992, p.03).

Assim, as relações de poder estão entrelaçadas a diversos aspectos da nossa sociedade. O saber, como um desses aspectos, se relaciona ao poder desde a Antiguidade. No Egito Antigo, por exemplo, existia uma classe muito importante e de destaque que eram os escribas. Um jovem, ao adentrar a escola de escribas de Mênfis ou de Tebas, deveria não só saber ler, escrever e desenhar, mas também dominar perfeitamente o idioma, a história e a literatura de seu país. Os escribas eram detentores do poder, exatamente, porque eram detentores do saber – sabiam ler e escrever. Não há, todavia, nenhum registro de mulheres que tenham trabalhado como escribas.

Ao longo da história, a mulher foi silenciada e excluída socialmente, em diversos aspectos por conta da estrutura dominante e patriarcal à qual eram submetidas. Sobretudo nas esferas que abarcam o histórico, o político e o social, o gênero feminino foi considerado inferior ao masculino. No tocante ao contexto literário e cultural, a experiência feminina sempre foi situada de maneira não valorativa e, por vezes, a capacidade intelectual das mulheres foi posta em questão.

O cânon está impregnado dos pilares básicos que sustentam o edifício do saber ocidental, tais como o patriarcalismo, o arianismo, a moral cristã. [...] se nos restringirmos ao cânon das grandes obras da literatura ocidental, salta aos olhos que a presença dos autores europeus é esmagadora; que os do sexo masculino, originários das elites e brancos predominam de maneira notória. Há poucas mulheres, quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social. Com efeito, a literatura tem sido usada para recalcar os escritos (ou as manifestações culturais não-escritas) dos segmentos culturalmente marginalizados e politicamente reprimidos – mulheres, etnias não-brancas, as ditas minorias sexuais, culturas do chamado Terceiro Mundo (REIS, 1992, p. 05).

Nesse ínterim, as mulheres não estavam entre os sujeitos detentores do “saber” e não puderam, ao longo dos anos, se relacionar com a escrita e com a literatura, e esses são fatores sociais, históricos e de poder. “Há uma estreita relação entre a genealogia dos cânones literários e o exercício de poder autoral na constituição de um discurso crítico que desautoriza aqueles textos considerados ilegítimos pela lógica da oposição binária verdadeiro/falso.” (SCHMIDT, 2012, p. 8).

A mulher teve sua voz e participação ocultadas do universo literário por questões que transcendem o âmbito linguístico. A autonomia necessária para narrar e escrever negada às mulheres resulta da manipulação do controle da escrita, usada como estratégias de dominação e exclusão em uma sociedade marcada por valores patriarcais, machistas e sexistas. Valores esses que precisam ser discutidos e analisados para que possam ser questionados e desvelados da nossa sociedade.

No caso de textos de escritoras brasileiras do passado, sua invisibilidade no sistema é uma decorrência do uso político do princípio de valoração estética, político no sentido de que o conceito do literário foi historicamente “naturalizado” como um enclave de discursos atravessado por um número de índices sociais como posição social e privilégio de classe, de gênero e de raça, portanto um discurso implicado no estabelecimento de limites, interdições e silenciamentos, de um lado, e na construção de vozes e subjetividades autorizadas ou legítimas, de outro (SCHMIDT, 2012, p. 8).

## **2 Literatura Marginal**

O tema marginalidade começou a ser estudado na Escola de Chicago, na década de 1920, por meio de estudos sobre a integração dos imigrantes na sociedade norte-americana. Desse modo, surge então o conceito de homem marginal como sendo aquele com dificuldades de integração aos padrões tanto da cultura que passava a fazer parte agora, como com os da sua cultura de origem. Em uma análise sociológica, as proposições são de que a marginalidade é inerente ao capitalismo, e, em discussões mais recentes desse campo, “marginalidade social” é entendida como um tipo de inclusão precária das pessoas mais pobres em diversos aspectos. Um confinamento em uma condição social inferior, à beira ou à margem da sociedade.

Já o termo literatura, etimologicamente, deriva do latim *literatura*, a partir de *littera*, letra. Nesse sentido, esse conceito aparentemente se liga à palavra escrita ou impressa, à arte de escrever, à erudição, e, durante o século XVIII, passa a adquirir uma acepção mais específica, referindo-se, assim, às “belas artes”, ganhando dessa forma um significado estético, de modo que compreendemos literatura como a arte que se exprime pela palavra.

Ao associarmos esses dois termos, dando vez à expressão literatura marginal, ela ganha diferentes conotações e aspectos, que, por vezes, causam entendimentos problemáticos. Nesse sentido, Erica Nascimento nos propõe três definições acerca do termo:

O primeiro significado se refere à produção dos autores que estariam à margem do corredor comercial oficial de divulgação de obras literárias [...] e circulariam em meios que se opõem ou se apresentam como alternativa ao sistema editorial vigente. O segundo significado está associado aos textos com um tipo de escrita que recusaria a linguagem institucionalizada ou os valores literários de uma época, como nos casos das obras de vanguarda. Enquanto o terceiro significado encontra-se ligado ao projeto intelectual do escritor ao reler o contexto de grupos oprimidos, buscando retratá-los nos textos (NASCIMENTO, 2006, p. 11).

Essa literatura marginal, no Brasil, passa a ser notada através de um período batizado de populismo, ocorrido na década de 1960. Quando o regime militar aprimora os procedimentos de repressão e tira de cena qualquer tentativa de debate cultural, surge o que Gonzaga (1981, p.147) chama de desilusão, gerada pelo novo *status quo*: “Após a desilusão, o escritor começava a se ver como um sujeito fora do processo social, ou então, descobria-se falando em nome dos sujeitos marginalizados pela expansão interna do capitalismo

dependente”. A partir disso, a condição marginal surge por meio da recusa da linguagem institucionalizada, a dita linguagem do poder.

Assim, compreendemos que a literatura marginal se refere àquela produção que, de alguma maneira, está à margem do sistema literário. “A Literatura Marginal, sempre é bom frisar, é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, ou seja, os de grande poder aquisitivo” (FERRÉZ, 2002, p.3).

O pensamento de Ferréz (2002) nos faz revisitar a obra de Hélio Oiticica, com a bandeira “Seja Marginal, Seja Herói”, obra símbolo da cultura marginal e do movimento do populismo. Oiticica é um claro artista transgressor, que fez parte do grupo de artistas da contracultura brasileira, os chamados artistas marginais; e é interessante ressaltar que o termo marginal pode adquirir uma acepção diversa para cada grupo cultural ou até mesmo em diferentes áreas de estudo. Nos Estudos Literários, por exemplo, margem, designa aquelas produções que não pertencem ao cânone literário.

Marginal, Feminista ou Afro-brasileira, na perspectiva que almejo oferecer a estes movimentos, não são apenas adjetivos alocados à palavra Literatura, são, em seu sentido mais amplo, a demarcação de uma territorialidade no âmbito da produção discursiva. A adjetivação, nesse sentido, perpassa pela busca de uma esfera de legitimação, delimitando os espaços fronteiriços entre a produção discursiva que exprime os desejos de um sujeito opressor – que pode ter a feição do gênero masculino, ou do branco, e em alguns casos de ambos – e a produzida por um grupo minoritário (PATROCÍNIO, 2010, p. 28).

Patrocínio (2010) pontua a ética como premissa organizadora do movimento, pois, por meio dela, ocorre a seleção dos autores que irão fazer parte do movimento, bem como os princípios socioeconômicos e territoriais. Para o autor, “a Literatura Feminina, ou Feminista, assim como a Literatura Negra, ou Afro-brasileira, podem ser tomadas como exemplos de estruturação discursiva que busca a valorização do sujeito da enunciação amparado no princípio ético.” (PATROCÍNIO, 2010, p.28).

A literatura de autoria feminina pertence, então, à literatura não pertinente à canônica. Podendo ser vinculada, desse modo, à expressão minoria, em oposição à arte que circula na classe dominante; ficando explícito, portanto, em



meio a todas essas acepções e contextos, que a literatura de autoria feminina é e pode ser compreendida como pertencente à Literatura Marginal. Como nos diz Schimdt:

a literatura “verdadeira” e as “verdades” da literatura em sua função civilizatória, de engrandecimento espiritual e de elevação moral, não comportavam a mulher como sujeito-autora, e as histórias das literaturas, em seus formatos tradicionais, constituem o registro contundente dessa exclusão (SCHIMDT, 2012, p. 66).

E muitos são os aspectos que nos fazem perceber essa literatura feita por mulheres como marginalizada, um deles é o não encaixe da mesma nos “padrões literários”.

### **3 Literatura feminina, literatura marginal**

Louro (2010) afirma que, para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres em uma determinada sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre estes. Desse modo, para que possamos compreender a invisibilidade das mulheres do âmbito literário, é necessário que se tenha uma percepção sobre as condições sociais e históricas, nas quais se encontravam as mulheres em determinados contextos históricos.

No século XIX, existiram, no Brasil, as chamadas Casas de Caridade, instituições que tinham como princípio a educação de crianças pobres, órfãs e desvalidas, de modo que serviam também para “educar” as mulheres da época. Nesse sentido, o ensino era voltado para a vida religiosa, a aprendizagem de trabalhos manuais e a preparação para a vida doméstica. Embora tivessem acesso às competências linguísticas da leitura e da escrita, as mulheres por vezes foram impedidas de desenvolver determinadas competências, como é o caso, por exemplo, dos gabinetes de leitura, considerados ambientes que contribuiriam para novas experiências cognitivas de seus frequentadores, reforçando o projeto de uma prática sociocultural ancorada na escrita, cuja visitação era restrita ao público masculino.

Os efeitos das tecnologias de gênero no sistema de controle dos contratos sociais e intelectuais que organizaram hierárquica e

assimetricamente as práticas cotidianas e institucionais, os discursos e epistemologias, produziram um sem número de estereótipos sobre as faculdades intelectuais das mulheres, entre as quais, a de que a mente feminina, marcada pela irracionalidade, não era capaz de abstrair, condição *sine qua non* para o desenvolvimento do raciocínio, discernimento e crítica (SCHIMDT, 2012, p.66).

Assim, até o final do século XIX, as mulheres escritoras praticamente não existiam, porque grande parte fazia parte de uma classe social que não permitia o acesso à escolaridade e, quando se pertencia a famílias mais abastadas, a educação deveria se voltar às funções das mulheres, não se admitindo, dessa forma, que gastassem tempo com veleidades artísticas ou intelectuais. Somente em meados de 1970, quando as investigações sobre mulher e literatura de fato ocorreram no Brasil, foi que começaram a questionar a naturalização do papel da mulher na sociedade, de que o lugar de mulher não deveria ser somente em casa, junto ao marido, aos filhos e à mobília.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 2010, p. 17).

O debate promovido pelas estudiosas feministas procurou demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes. Essa iniciativa fez com que não somente as autoras da contemporaneidade fossem privilegiadas, mas também que aqueles nomes esquecidos pela crítica e excluídos pelo cânone fossem redescobertos.

É pertinente ressaltar que, obviamente, existiram mulheres das classes trabalhadoras que exerceram atividades fora do lar, em lavouras, oficinas e fábricas, como também escritoras brasileiras que tiveram destaque na literatura antes desse período, tais como Cecília Meireles, Raquel de Queiroz e Clarice Lispector. Porém, como bem afirma Louro (2010), quando as mulheres das classes trabalhadoras começaram a ocupar escolas, escritórios e hospitais, tiveram suas atividades permeadas pela supervisão e controle dos homens, tendo suas atividades circunscritas aos espaços considerados como secundários ou atividades de apoio. Nessa conjuntura de subalternização

cognitiva, várias mulheres encontraram, como alternativa para viabilizar a publicação e circulação de suas obras, a utilização de pseudônimos.

Assim, em um contexto mundial, temos os exemplos de Currer, Ellis e Acton Bell, conhecidos como os irmãos Bell, pseudônimos das irmãs, Charlotte, Emily e Anne Brontë; a escritora inglesa Mary Ann Evans, conhecida como George Eliot; e a britânica Phyllis Dorothy James, que assinava como P.D. James em suas obras.

Nesse contexto, seja por terem sido ignoradas por tanto tempo ou por terem sido esquecidas, ou mesmo receberem papel secundário no plano cultural, estabeleceu-se um pensamento de que as mulheres não tinham produções intelectuais ou literárias de qualidade. O que acaba não condizendo com a essência literária encontrada, por exemplo, nas obras de Nísia Floresta, de Maria Firmina dos Reis e de Júlia Lopes de Almeida, as duas primeiras que passam por desconhecidas e a terceira que foi esquecida, embora mereçam destaque e reconhecimento, não só pelos seus escritos, mas também por suas ações transgressoras que contribuíram para desvelar a desigualdade de gênero que as excluía do acesso ao conhecimento e à literatura.

Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nordestina, nascida em 1810, em Papari, município que depois passou a se chamar Nizia Floresta, no estado do Rio Grande do Norte, é considerada precursora da escrita feminina e da luta pela emancipação feminina no Brasil. Destacou-se por sua atuação na poesia, nas crônicas e nas dissertações, escritos que compõem seu legado de grandes obras publicadas. Além disso, fundou uma escola e buscou colocar em prática uma proposta pedagógica voltada à educação das mulheres, cuja proposta era centrada na escrita como o instrumento para o enfrentamento e denúncia dos preconceitos da sociedade patriarcal e para reivindicar igualdade de direitos, dedicando especial atenção ao acesso das mulheres à educação. Para Nísia Floresta, a educação seria o caminho que as libertaria da subserviência aos maridos, e serviria para mudar as consciências de si e do mundo, e ampliar os espaços de atuação e convivência. Teles (2007), ao comentar sobre as posições de Nísia floresta, destaca a forma como esta se colocava frente ao trabalho doméstico, percebendo-o como um trabalho em vão, que impedia a mulher de atuar na vida pública.

A situação de ignorância em que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela. (TELES, 2007, p. 406).

Sua estreia como escritora foi em “Espelho das Brasileiras”, um jornal dedicado às senhoras pernambucanas, em 1831; no ano seguinte, publicou o primeiro livro chamado “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”; de 1846 à 1847 realizou três novas publicações no Rio de Janeiro, a primeira “Daciz” ou “A jovem completa” e “Fany” ou “O modelo das donzelas”; em 1849, lançou a primeira edição de “A Lágrima de um caeté”; em 1855, publicou “O Brasil Ilustrado”; em 1858, publicou “Consigli a mia figlia”; e sua última publicação data de 1878, em seu último trabalho intitulado “Fragments d’un ouvrage inédit”.

Em meio a um contexto de antagonismo e desigualdades, é notória a importância desta autora dentro do cenário brasileiro. Maria Firmina dos Reis, uma das escritoras oitocentistas que entraram no ostracismo, foi outra autora que se aventurou a escrever dentro das possibilidades da sociedade brasileira do século XIX. A maranhense, negra e bastarda, é considerada a primeira romancista brasileira e recebe esse título por publicar, em 1859, *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista, primeiro romance da literatura afro-brasileira, escrito por uma mulher negra brasileira.

A autora foi autodidata e conseguiu aprovação em concurso público para lecionar Primeiras Letras, em Guimarães, interior do Maranhão (1847). Além de *Úrsula*, também publicou o romance indianista *Gupeva* (1861), as *poesias de Cantos à beira-mar* (1871) e o conto *A escrava* (1887). Ademais, contribuiu grandemente na imprensa maranhense com poemas, ficções, crônicas e até enigmas e charadas. Já aposentada, fundou a primeira escola mista e gratuita do Estado e compôs um hino para a libertação dos escravos, por ocasião de 13 de maio de 1888. A autora, além de enfrentar os paradigmas patriarcais do seu tempo, contribuiu para resgatar e dar voz ao discurso afrodescendente e feminino na literatura brasileira.

Assim como as demais autoras, Júlia Lopes de Almeida também possui uma consistente produção literária, tendo escrito romances, contos, crônicas, ensaios, peças de teatro e figurando entre os treze autores da antologia *Medo Imortal*, com uma contribuição de seis contos para a obra. Nascida no Rio de

Janeiro, em 1862, ao conhecer seu marido, mudou-se pra Portugal e publicou, junto com a irmã Adelina Lopes Vieira, o livro *Contos Infantis*. No Brasil, no período da Primeira República, Júlia contribuiu com artigos e matérias que abordavam os direitos sociais e fragilidades da mulher de seu tempo nas principais revistas do meio, chegando inclusive a figurar como uma das escritoras mais publicadas na época.

A autora conseguiu se destacar em meio a um período da história do Brasil extremamente sexista e conservador. Embora participasse de reuniões e tivesse contribuído para a fundação da Academia Brasileira de Letras, não pode figurar como membro da mesma, por ser mulher, sendo então seu lugar ocupado por seu esposo Filinto de Almeida. Esse fato, inclusive, pode ser destacado como sendo um dos fatores que corroboraram a exclusão feminina do cânone.

Desse modo, mais uma vez, retomamos a importância da crítica feminista sobre a escrita das mulheres.

O trabalho de recuperação de obras relegadas pela tradição crítica tem revelado um número surpreendente de escritoras do século XIX que tiveram acesso à cultura impressa, embora sem acesso à educação formal. Escreveram romances, poesia, drama, crônicas, ensaios, recorrendo, muitas vezes, ao contexto das tradições literárias portuguesas e francesas, mas também criando espaços enunciativos singulares para falar da nacionalidade, bem como de questões de classe e raça, além de assumir, por conta e risco, a representação da condição feminina, a sua própria, posicionando-se dentro e contra a ideologia de gênero de seu tempo (SCHMIDT, 2002, p. 110).

Essa recuperação permitiu que a voz da mulher escritora ganhasse uma maior autonomia. Essa formatação das mulheres como sujeitos históricos e autônomos serve para reafirmar abordagens nas quais as mulheres são destacadas e têm suas histórias valorizadas.

Como tradução de um grupo marginal, subalternizado e que sempre teve uma posição minoritária na sociedade, a literatura feminina transformou-se em oportunidade de afirmação. Desse modo, é fulcral registrar que existiu um grupo expressivo de mulheres que se dedicaram ao fazer literário, ainda que em diferentes épocas, e que, concomitante a isso, também se estruturou um expressivo apagamento de suas figuras do cenário cultural, invisibilizando suas produções e efetivando sua situação marginal perante à “cultura oficial”.

## **Considerações Finais**

As relações da escrita feminina com o cânone, com a marginalidade e com a invisibilidade foram o nosso foco de análise. A reflexão realizada a partir dessas relações permitiu atentar para os princípios de valorização estética e política do conceito de literário, definição permeada por discursos atravessados por hierarquizações e privilégios, considerando os marcadores sociais da diferença tais como gênero, classe e raça/etnia, e estabelecendo limites, legitimação, privilégios, exclusão e relações de poder que designaram as mulheres ao silêncio e à invisibilidade dentro desse campo do conhecimento.

No entanto, o que percebemos foi que, mesmo diante das dificuldades encontradas por ser mulher nessa sociedade e apesar da marginalidade a elas imposta, diversas mulheres conseguiram colocar seus escritos em publicação.

A Literatura de autoria feminina busca, na verdade, uma posição própria perante a literatura mundial, mais ampla, para que a mulher possa ser sujeito do seu próprio discurso; pois, como afirma Telles (1992), o artista é sempre progenitor e procriador do seu texto – um patriarca estético –, enquanto, à mulher, restou apenas a posição de musa ou criatura, nunca criadora, de modo que a Literatura Feminina precisa se livrar da posição de objeto e se constituir enquanto sujeito discursivo.

## **Referências**

AMED, Jussara Parada. Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, nº 26, São Paulo, 2011, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História São Paulo, ANPUH, Vol. 1, 2011.

CORREIA, Juliana Santos. Maria Firmina dos Reis, vida e obra: uma contribuição para a escrita da história das mulheres e dos afrodescendentes no Brasil. **Revista Feminismos**. Salvador. Vol.1, N.3, p.1-15, Set./Dez. 2013. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/issue/view/1775/showToc>>

Acesso em: 7.out.2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, 296 p.

FERRAREZI JUNIOR, C. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013, 160 p. x.

FERRÉZ. (Org.). **Literatura marginal: talentos da escrita periférica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2005, 132 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184 p.

GONZAGA, Sergius. Literatura marginal. In: FERREIRA, João-Francisco(org.) **Crítica literária em nossos dias e literatura marginal**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981. p. 143-153.

LIMA DUARTE, Constância. Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. **Revista Estudos Feministas**. v.13, n.1, Jan./Abr. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000100016&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000100016&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 8 jun. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010, 184 p.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **'Literatura marginal': os escritores da periferia entram em cena**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Acesso em: 2019-11-25.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. **Escritos à margem: a presença de escritores da periferia na cena literária contemporânea**. 222 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. 1ª ed. Bauru, SP: Edusc, 2005, 519 p.

REIS, Roberto. Cânon. In.: JOBIN, José Luis (Org.). **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 65-92.

SCHMIDT, Rita Terezinha. A crítica feminista na mira da crítica. **Ilha do Desterro**. Florianópolis, v. 1, n.42. p. 103-125. Jan./jun. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7462>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Câneone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção. **El hilo de la fábula: revista del Centro de Estudios Comparados**. Santa Fé, AR, v.10, p. 59-72, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184829>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar? **Revista do Mestrado em Letras da UFSM**. Rio Grande do Sul, n.16. p. 183-196. jan/jun. 1998. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169824>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, RS. V.16, n2, jul/dez. 1990. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em: 7 jun. 2019.

SOUSA, Tailane de Jesus. A problemática da voz feminina na contemporaneidade. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, BA. v.1, n.1, p. 96-109. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/13743/10998>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 2007. p. 401-442.

TELLES, Norma. In.: JOBIN, José Luis (Org.). **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 45-63.

### **Notas**

\* Maria Mariana Ferreira Gonçalves possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri e é mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri. Atualmente é professora - EEEP Antonia Nedina Onofre de Paiva e Formadora de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal de Educação de Assaré. É integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisa em gênero, educação, sexualidades e diferenças.

\*\* Iara Maria de Araújo é professora associada da Universidade Regional do cariri e docente no Mestrado Profissional em Educação/ URCA. É coordenadora do Laboratório de estudos e pesquisas em gênero, educação, sexualidades e diferenças. É doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e atua principalmente nos seguintes temas: violência de gênero reestruturação produtiva, culturas do trabalho e mobilidades, políticas sociais, gênero e sexualidades, diferenças e educação.

Recebido em: setembro/2020.

Aprovado em: outubro/2021.